

**Associação Parque Tecnológico de
São José dos Campos**

Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	2
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado do exercício	8
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Em 2019, a Entidade segregou parcialmente os custos dos serviços prestados em sua Demonstração do Resultado do Exercício. Entretanto, devido à forma de controle dos gastos, não nos foi possível afirmar que os demais valores não segregados são imateriais.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 21 de fevereiro de 2020.



De Biasi Auditores Independentes
CRC 2SP017861/O-6

Luciano Tadeu Lucci De Biasi
Contador CRC 1SP181115/O-9

Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

ATIVO	Notas explicativas	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.388.489	4.463.957
Contas a receber	4	1.017.136	1.529.500
Recursos a receber	5	762.410	35.128
Adiantamentos diversos	6	4.235	97.260
Outros créditos	7	14.314	13.106
Total do ativo circulante		8.186.584	6.138.951
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	3.321.947	4.097.602
Intangível	8	-	4.150
Total do ativo não circulante		3.321.947	4.101.752
TOTAL DO ATIVO		11.508.531	10.240.703
ATIVOS COMPENSAÇÃO			
Imobilizado	9	3.143.422	2.786.922
		3.143.422	2.786.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	301.735	194.272
Contas a pagar	11	18.242	79.400
Obrigações trabalhistas e encargos	12	685.247	690.380
Obrigações tributárias	13	72.552	79.662
Adiantamento de clientes	14	5.076	466
Convênios	15	1.757.197	630.255
Total do passivo circulante		2.840.049	1.674.435
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Parcelamento ISS	13	26.434	40.228
Provisão para processos judiciais	16	-	98.208
Total do passivo não circulante		26.434	138.436
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	17	8.642.048	8.427.832
		8.642.048	8.427.832
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.508.531	10.240.703
PASSIVOS COMPENSAÇÃO			
Subvenção governamental para investimentos aplicados	9	3.143.422	2.786.922
		3.143.422	2.786.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos
Demonstração do Resultado do Exercício e de Outros Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	Notas explicativas	2019	2018
Receitas de subvenções	18	11.964.958	10.663.178
Contribuições associativas	19	7.762.853	6.685.101
Cessão do espaço	20	423.177	405.954
Prestação de serviços	21	2.016.175	201.225
Doações/patrocínios		107.172	64.362
Cursos/Treinamentos		-	-
(-) Deduções		(56.417)	(13.249)
Receita Líquida		22.217.918	18.006.571
Custos	22	(1.058.684)	-
(=) Lucro bruto		21.159.234	18.006.571
Despesas gerais e administrativas	23	(20.198.115)	(18.813.664)
Despesas tributárias		(26.654)	(27.282)
Outras receitas(despesas) operacionais líquidas		(149.225)	40.793
Reversão/(provisão) para perdas no recebimento de créditos		(59.256)	(34.378)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		725.984	(827.960)
Receitas financeiras		229.913	317.523
Despesas financeiras		(58.823)	(55.928)
(=) Resultado financeiro líquido		897.074	(566.365)
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		897.074	(566.365)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Demonstração do Resultado Abrangente		2019	2018
Superávit/(Déficit) do exercício		897.074	(566.365)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES		897.074	(566.365)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





**Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

	Patrimônio social	Superávit / (Déficit) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2017	8.994.197	-	8.994.197
Superávit / (Déficit) do exercício	-	(566.365)	(566.365)
Incorporação do superávit/(déficit) ao patrimônio social	(566.365)	566.365	-
Em 31 de dezembro de 2018	8.427.832	-	8.427.832
Ajustes de exercícios anteriores	(682.858)	-	(682.858)
Saldo ajustado em 31 de dezembro de 2018	7.744.974	-	7.744.972
Superávit / (Déficit) do exercício	-	897.074	897.074
Incorporação do superávit/(déficit) ao patrimônio social	897.074	(897.074)	-
Em 31 de dezembro de 2019	8.642.048	-	8.642.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit / (Déficit) do exercício	897.074	(566.365)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	5.582.855	5.317.677
Doações de imobilizado recebidas	-	(42.142)
Baixa / (Reversão) de perdas de recebíveis	(159.032)	49.672
Provisão para contingências	(98.208)	98.208
Resultado ajustado	6.222.689	4.857.050
(Aumento) / Diminuição de:		
Contas a receber	671.396	(506.103)
Recursos a receber	(727.282)	(4.973)
Adiantamentos diversos	93.025	936.004
Outros créditos	(1.206)	(1.172)
Aumento / (Diminuição) de:		
Fornecedores	107.463	(438.698)
Contas a pagar	(61.158)	52.181
Obrigações trabalhistas e encargos	(5.133)	93.407
Obrigações tributárias	(7.110)	2.929
Adiantamentos de clientes	4.610	466
Parcelamento ISS	(13.794)	(9.116)
Convênios - Repasse para custeio Prefeitura São José dos Campos	567.060	30.599
Convênios - Repasse para custeio FINEP	(3.718.803)	(3.496.463)
Convênios - Repasse para custeio APEX	138.237	(172.893)
Convênios - Repasse para custeio ABDI	(38.717)	301.014
Convênios - Repasse para custeio Estado	(1.189.094)	(1.191.313)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.042.183	452.919
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(117.651)	(2.755.755)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(117.651)	(2.755.755)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.924.532	(2.302.836)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.463.957	6.766.793
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6.388.489	4.463.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos, constituída em 17 de julho de 2007, é uma associação civil sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos, com Sede em São José dos Campos, tendo iniciado suas atividades em maio de 2009. Em março de 2016 incorporou a associação Centro para Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista – CECOMPI, ampliando o escopo de suas atividades. Sendo utilizado para incorporação o laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis, com data de 31/03/2016.

A Associação foi constituída com a finalidade de promover a pesquisa, a ciência, a tecnologia, a inovação tecnológica e o empreendedorismo, visando ao desenvolvimento competitivo e sustentável, apoiando as atividades empresariais intensivas em conhecimento, sempre em benefício da coletividade, tendo por objetivos primordiais:

- I. Contribuir para a criação, manutenção e desenvolvimento de um parque tecnológico no Município de São José dos Campos, e em outros locais onde possa contribuir para a implantação de ambientes destinados à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, inclusive mediante as articulações e realização de todos os empreendimentos necessários a esse fim, até mesmo participar da regulação daqueles de caráter imobiliário;
- II. Desenvolver a cultura e a competitividade através de processo contínuo de inovação tecnológica e do empreendedorismo;
- III. Estimular o surgimento, o desenvolvimento, a competitividade e o aumento da produtividade de Empresas com atividades fundadas no conhecimento e na inovação tecnológica;
- IV. Promover parcerias entre instituições públicas e privadas envolvidas com a pesquisa científica, a inovação tecnológica inerente aos serviços e à infraestrutura tecnológica de apoio à inovação, intensificando a cooperação de instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento com o sistema produtivo, contribuindo para acelerar o processo de inovação tecnológica;
- V. Incentivar a interação e a sinergia entre empresas, instituições de pesquisa, universidades, instituições prestadoras de serviços ou de suporte às atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica;
- VI. Propiciar o desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental do município de São José dos Campos e das regiões onde atua, por meio da atração de investimento em atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica, contribuindo para a geração de trabalho, emprego e renda;
- VII. Executar e orientar a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológicos, do plano estratégico de desenvolvimento do sistema regional de inovação tecnológica e da economia relacionados às regiões de sua atuação;
- VIII. Incentivar o empreendedorismo público e privado nas áreas de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológicos, inclusive por meio de participação em consórcios ou sociedades, apoio à gestão e a outros aspectos do negócio;

- IX. Incrementar relacionamentos de interesses mútuos e de cooperação no âmbito dos sistemas regionais de inovação e de produção;
- X. Planejar, executar e orientar ações voltadas para a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;
- XI. Planejar, executar e orientar ações educacionais, relacionadas à pesquisa científica, inovação tecnológica, empreendedorismo, formação profissional e outros temas relacionados com a destinação da ASSOCIAÇÃO;
- XII. Planejar, executar e orientar ações voltadas aos seus objetivos institucionais, incluindo a área da saúde, educação, assistência social e demais áreas em consonância com sua destinação.

Com relação ao exercício 2019, a APTSJC fechou o primeiro contrato de prestação de serviços de consultoria como alternativa para incrementar seus investimentos e receitas e reduzir custos, como pressuposto de continuidade da entidade.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Associação em 18 de fevereiro de 2020.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, bem como as Normas do Conselho Federal de Contabilidade que trata dos aspectos contábeis das entidades sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 Base para a elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002(R1) – Entidades sem finalidades de lucros e, também, pela NBC TG 1000(R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002(R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

2.3 Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem moeda em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3.2 Contas a receber

As contas a receber de associados são avaliadas pelo montante original dos serviços prestados. A Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída conforme avaliação do histórico do cliente, situação financeira e posição dos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos.

2.3.3 Demais ativos circulantes

Os demais ativos circulantes são apresentados aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

2.3.4 Imobilizado

Os elementos do ativo imobilizado são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos com recursos da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, administrados pela ASSOCIAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO no âmbito do contrato de gestão, são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos, por se tratarem de bens de propriedade e controle da Prefeitura Municipal de São José dos Campos. A depreciação é calculada pelo método linear com base no tempo estimado de uso dos ativos, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8.

2.3.5 Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados.

2.3.6 Reconhecimento da receita

As receitas decorrentes de serviços de gestão são apropriadas ao resultado em função de sua prestação que geralmente ocorrem mensalmente e são compatíveis com os gastos mensais, incorridos pela Associação Parque Tecnológico. Essas receitas originam-se de contratos e convênios pactuados com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, SDECT/SP - Secretária de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX) e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Nesse contexto, essas receitas, bem como as receitas decorrentes da taxa mensal de associação, cessão de espaço e prestação de serviços são apropriadas pelo regime de competência.

Os gastos correspondentes ao projeto e às demais despesas são apropriados pelo regime de competência.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2019	2018
Caixa	5.961	7.272
Banco conta movimento		
Banco Itaú	382.787	174.582
Banco Santander	4.813	9.691
	387.600	184.273

Descrição	2019	2018
Aplicação financeira		
Banco Itaú	3.351.696	2.068.835
Banco Santander	415.217	390.583
Banco do Brasil	2.228.015	1.812.994
	5.994.928	4.272.412
Total	6.388.489	4.463.957

O grupo "Caixa" é composto por disponibilidades em espécie de recursos próprios e por moeda estrangeira proveniente do saldo de viagens internacionais.

O grupo "Bancos conta movimento" é composto por recursos provenientes de:

- **Recursos próprios:** compostos por recursos decorrentes da taxa mensal de associação, prestações de serviços e cessão de espaço - (Banco Santander e Banco Itaú);
- **Recursos de contrapartida:** recursos próprios vinculados à operacionalidade do Convênio Finep - 3ª Expansão (Banco do Brasil) e do Contrato de Gestão com a PMSJC;
- **Recursos de convênios e contrato de gestão:** composto por recursos necessários à operacionalidade dos projetos (Banco do Brasil).

As aplicações financeiras estão representadas por cotas de fundo de renda fixa, valorizadas de acordo com o valor da cota nas datas do balanço patrimonial e possuem alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A taxa média de remunerações é de 0,38% a.m.

Os rendimentos financeiros dos recursos de projetos são de direito do convênio correspondente.

O aumento significativo desse grupo de contas ocorreu devido à, principalmente, três fatores:

- O contrato de prestação de serviço com a Prefeitura de Maricá rendeu um superávit financeiro em 2019 de aproximadamente R\$ 500 mil;
- O 4º e 5º aditivos do Contrato de Gestão firmados com a PMSJC em dezembro de 2018 e maio de 2019 ainda estão em andamento e possuem recursos em caixa; e
- O novo convênio Apex firmado, em 2019, cujo saldo disponível em caixa encerrou em R\$ 320 mil.

4 CLIENTES

Descrição	2019	2018
TPG Indústria e Comércio	105.642	105.642
Aerobras Indústria Aeronáutica	85.937	82.749
Bios Indústria e Comércio	77.166	77.064
Habil Tecnologia Ltda	65.520	30.662
Y-Tecnologia Montagens de Computadores	64.083	64.083
Energy Telecom Comércio	60.679	29.415
Café do Barão	59.927	68.434
RSD Desenvolvimento e Tecnologia	56.800	56.800
Eletric Dreams Engenharia	55.530	-
Engetelco Engenharia	33.856	19.690
Fundação de Inovações Tecnológicas	32.156	37.067
EDG Mobilidade e Participações	30.676	11.747

Descrição	2019	2018
AMX Comércio e Serviços	28.115	28.115
Siatt Engenharia	27.560	24.177
Atech-Negócios em Tecnologia	26.912	26.253
Embraer S.A.	25.983	75.987
FEV América Latina Ltda	25.770	29.205
Altave Ind. Com. Exp. Aeronaves	22.395	2.143
SHA Comércio de Alimentos	22.100	22.002
STC New Vale	17.901	-
IPPLAN	17.785	31.856
Instituto de Pesquisas Tecnológicas	17.368	87.326
Honeywell do Brasil	17058	14.989
Visiona Tecnologia	16177	-
Geo Pixel Geotecnologia	15.585	72.988
MTS Sistemas do Brasil	15439	15.570
Associação Cidade	13852	13.655
Universidade Estadual Paulista	12.808	13.911
FT Sistemas (MS Brasil Engenharia)	12.516	12.516
Olearys Tecnologia e Ciência	11.778	12.980
CEMADEN-Centro Nacional de Monitoramento	-	310.904
JDTH Engenharia Ltda	-	120.705
Ericsson Telecomunicações	-	16.805
Outros	203.670	308.400
PECLD	(261.608)	(294.340)
Total	1.017.136	1.529.500

A rubrica "Clientes", registrada no valor de R\$ 1.017.136 em 2019 (R\$ 1.529.500 em 2018), é composta por valores a receber de receitas de contribuição associativa. A redução de aproximadamente R\$ 500 mil, se deu em sua maior parte devido à quitação dos valores em aberto do CEMADEN, mas também à redução na inadimplência geral devido aos esforços de cobrança mais contundentes e tempestivos e à constituição de perda de valores que estavam em aberto e nossa assessoria jurídica considera remota a probabilidade de recuperação dos mesmos.

A rubrica "Outros", registrada no valor de R\$ 203.670 em 2019 (R\$ 308.400 em 2018), é composta por diversos clientes com saldos pulverizados.

Em 2019 não foi constituída as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), apenas foram estornados os valores de clientes que já tinham PECLD e tiveram perda definitiva constituída.

Com isso o valor total de PECLD registrado no balanço totaliza R\$ 261.608 em 2019 (R\$ 294.340 em 2018).

5 RECURSOS A RECEBER

A rubrica "Recursos a receber", registrada no valor de R\$ 762.410 em 2019 (R\$ 35.128 em 2018), é composta por valores a receber referente às prestações de serviços diversos e cessão de espaço.

Se isolarmos o valor de R\$ 705.037 referente ao novo contrato de prestação de serviços que a APTSJC firmou com a Codemar (empresa pública do município de Maricá/RJ), cuja previsão de pagamento é em janeiro de 2020, ainda há uma variação de 63% referente às vendas parceladas da feira RM Vale TI 2019.

6 ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Descrição	2019	2018
Adiantamento para despesas	1.476	-
Adiantamento de funcionários	-	20.000
Adiantamento de férias	-	26.252
Adiantamento de pró-labore	-	47.494
Outros	2.759	3.514
Total	4.235	97.260

A rubrica "Adiantamentos diversos" registrada no valor de R\$ 4.235 em 2019 (R\$ 97.260 em 2018), é composta por valores adiantados em 2019 referentes a despesas que ocorrerão em 2020.

7 OUTROS CRÉDITOS

A rubrica "Outros Créditos" registrada no valor de R\$ 14.314 em 2019 (R\$ 13.106 em 2018), é composta por valores de seguros pagos com vigência a apropriar até 2020.

8 ATIVO IMOBILIZADO

O imobilizado é composto por bens destinados a manutenção de suas atividades operacionais, demonstrados no quadro a seguir, por classe de ativo:

Descrição	2018	Aquisição	Baixa	Transferências	Depreciação / Realização	2019
IMOBILIZADO						
Imóveis e edificações	17.282.394	-	-	(64.829)	(5.038.531)	12.179.034
Benfeitorias	900.945	-	-	(60.204)	(246.148)	594.593
Instalações	78.193	-	-	35.410	(27.724)	85.879
Máquinas e equipamentos	4.102.931	91.062	-	(17.350)	(206.766)	3.969.877
Móveis e utensílios	93.380	14.894	-	60.514	(22.085)	146.703
Equipamentos de TIC	43.459	11.695	-	46.459	(33.451)	68.162
Veículos	17.000	-	-	-	(4.000)	13.000
Adiantamento a fornecedor	41.100	-	(41.100)	-	-	-
Total do imobilizado	22.559.403	117.651	(41.100)	-	(5.578.705)	17.057.248
(-) Convênios						
FINEP	(14.391.481)	-	-	-	3.628.135	(10.763.346)
ESTADUAL	(4.070.321)	-	-	-	1.189.094	(2.881.227)
ABDI	-	(91.062)	-	-	333	(90.729)
Total de convênios	(18.461.801)	(91.062)	-	-	4.817.562	(13.735.301)
Total líquido	4.097.602	26.589	(41.100)	-	(761.143)	3.321.947
INTANGÍVEL						
Software	4.150	-	-	-	(4.150)	-
Total do intangível	4.150	-	-	-	(4.150)	-
Total	4.101.751	26.589	(41.100)	-	(765.293)	3.321.947

A rubrica "Imobilizado" registrada no valor líquido de R\$ 3.321.947 em 2019 (R\$ 4.101.751 em 2018), é composta por bens destinados a manutenção de suas atividades operacionais.

Em observância ao item 24 do CPC 07-Subvenção Governamental a APTSJC optou por apresentar a subvenção relacionada à ativos não monetários deduzindo o valor contábil do ativo relacionado. Dessa forma, a apresentação da situação patrimonial da Entidade torna-se mais clara e objetiva.

Além disso, para todos os bens que, ao término, serão convertidos para a Prefeitura Municipal de São José dos Campos foi adotado o prazo de vigência do contrato de gestão (4 anos) para o tempo total de uso desses ativos.

Para os demais itens do imobilizado, em observância ao CPC 01-Redução ao valor recuperável dos ativos a Associação revisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizados para avaliar eventos que indiquem perda do valor recuperável, no entanto, eles estão registrados ao seu valor recuperável.

9 ATIVOS E PASSIVOS DE COMPENSAÇÃO

A rubrica “Ativos de Compensação” registrada no valor de R\$ 3.143.422 em 2019 (R\$ 2.786.922 em 2018), é composta por valores de ativos imobilizados adquiridos com recursos do Contrato de Gestão com a PMSJC e que pertencem a essa instituição.

10 FORNECEDORES

Descrição	2019	2018
Farnborough International	167.141	-
National Instruments	34.041	-
Outracena videoproduções	28.900	-
Kron Instrumentos	15.425	-
R.R.V.M Comércio	11.408	-
Acosta Aeroespaço	11.249	-
Cavazza Paisagismo Ltda	5.340	5.340
Foccus Laser	4.750	4.074
CIS-ERP Soluções Gerais	3.061	2.767
Uniodonto	598	560
Geest Recursos Humanos	-	90.686
Engineering Simulation	-	25.500
Comércio de Vidros	-	15.890
Cunzolo Máquinas e Equipamentos	-	11.086
Balckout Manutenção	-	9.693
LWT Software Ltda	-	7.982
Fênix Soluções Digitais	-	6.498
Micro Assist Informática	-	2.645
Multiplus Apoio Administrativo	-	2.304
Multicard Identificação	-	1.700
MIG Indústria e Comércio	-	1.634
Outros	19.822	5.913
Total	301.735	194.272

A rubrica “Fornecedores”, registrada no valor de R\$ 301.735 em 2019 (R\$ 194.272 em 2018), é composta por obrigações referentes a projetos, de notas emitidas em dezembro de 2019 cujo pagamento será realizado em janeiro de 2020.

11 CONTAS A PAGAR

Descrição	2019	2018
Almeida, Porto & Associados	11.750	10.923
SICCOB	6.031	260
Sul América Companhia	-	67.756
Outros	461	461
Total	18.242	79.400

A rubrica "Contas a pagar", registrada do valor de R\$ 18.242 em 2019 (R\$ 79.400 em 2018) é composta pelos fornecedores de atividades secundárias.

12 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	2019	2018
Provisão de férias	505.149	517.166
INSS a recolher	102.834	98.955
IRRF a recolher	48.098	45.895
FGTS a pagar	26.597	25.769
Outros	2.569	2.595
Total	685.247	690.380

A rubrica "Obrigações trabalhistas", registrada do valor de R\$ 685.247 em 2019 (R\$ 690.380 em 2018), é composta por encargos sociais e provisão de férias.

13 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2019	2018
INSS a pagar	28.368	33.139
IRRF a recolher	3.821	3.131
ISS retido	8.689	10.130
CSRF 4,65 a pagar	17.880	19.468
Parcelamento ISS	40.228	54.021
Total	98.986	119.890
Curto prazo	72.552	79.662
Longo prazo	26.434	40.228

A rubrica "Obrigações tributárias", registrada do valor de R\$ 98.986 em 2019 (R\$ 119.890 em 2018), é composta por impostos decorrentes de sua operação.

O parcelamento ISS no montante de R\$ 40.228 em 2019 (R\$ 54.021 em 2018), é composta pelo valor a ser pago referente à dívida do ISS assumida na incorporação do CECOMPL.

14 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Descrição	2019	2018
Fofuuu Soluções Tecnológicas	5.010	-
Outros	66	466
Total	5.076	466



A rubrica “Adiantamento de Clientes”, registrada do valor de R\$ 5.076 em 2019 (R\$ 466 em 2018) é composta por recursos pagos por clientes cuja emissão da nota fiscal ocorrerá em 2020.

15 CONVÊNIOS

Descrição	2019	2018
Convênio 3º Expansão - Finep	-	90.668
Contrato de Gestão PMSJC	1.447.392	238.574
Convênio ABDI	171.568	301.013
Convênio Apex	138.237	-
Total	1.757.197	630.255

Esta rubrica atende aos requisitos previstos na Seção 24 da NBC TG 1000(R1) e, quando omissos, os do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 07-Subvenção e Assistência Governamentais, que requer que “Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo”.

O saldo atual do grupo compreende os recursos governamentais já recebidos, ainda não aplicados nos projetos.

A rubrica “Convênio Apex”, refere-se a um novo convênio nº 18-02/2019 firmado em 03/05/2019, no valor de R\$ 5.132.526, para promoção internacional das empresas do setor aeroespacial brasileiras.

16 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Associação no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Associação apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Para o ano de 2019 as ações existentes não caracterizam risco de perda possível ou provável.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	2019	2018
Patrimônio social	9.324.906 (a)	8.913.934
Ajustes de Exercícios Anteriores	(682.858) (b)	(486.102)
Total	8.642.048	8.427.832

(a) O superávit ou déficit apurado no exercício é incorporado ao patrimônio social. Os recursos financeiros temporariamente disponíveis são aplicados de modo a preservar a segurança dos investimentos e a manutenção do valor real das disponibilidades financeiras. Considerando a natureza da Associação, não são distribuídos lucros, bonificações ou vantagens aos integrantes dos órgãos diretivos, mantenedores ou associados, sob qualquer forma ou pretexto.

(b) O montante de R\$ 682 mil se refere a despesas de exercícios anteriores pagas com recursos próprios que foram tratadas como saídas de recursos de terceiros, o que ocasionou a realização indevida da receita com subvenção, vinculada ao Contrato de Gestão.

18 RECEITAS DE SUBVENÇÕES

Descrição	2019	2018
Contrato de Gestão PMSJC	5.860.430	5.029.889
Convênio APEX	1.157.078	925.713
Convênio ABDI	50.926	-
Convênio CE-II - FINEP	1.395.719	1.394.255
Convênio CE-II - SDECT/SP	1.189.094	1.191.314
Convênio 3º Expansão - FINEP	2.311.638	2.121.817
Convênio Cluster - FINEP	73	190
Total	11.964.958	10.663.178

As receitas de subvenções, de R\$ 11.964.958 em 2019 (R\$ 10.663.178 em 2018), são reconhecidas na mesma proporção em que as despesas, relacionadas a cada um dos contratos ou convênios, são incorridas.

Ainda conforme o CPC 07, “a receita de subvenção deve ser reconhecida em confronto com as despesas correspondentes” e não conforme o recebimento financeiro.

No caso de investimentos em ativos com recursos de subvenções, o reconhecimento da receita só ocorre conforme a depreciação/amortização destes.

O aumento do Contrato de Gestão PMSJC refere-se aos 4º e 5º aditivos assinados respectivamente em 27/12/2018 e 30/05/2019 que adicionaram cerca de R\$1,8 milhão ao projeto, dos quais cerca de R\$ 1 milhão foi reconhecido na despesa de 2019.

19 CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS

As contribuições associativas, que totalizaram R\$ 7.762.853 em 2019 (R\$ 6.685.101 em 2018), referem-se às receitas auferidas junto aos residentes instalados nas dependências do Parque Tecnológico, sendo cobradas contribuições pela utilização do espaço, bem como receitas auferidas das associações institucionais da APTSJC e dos APLs (grupo de empresas voltadas para o arranjo produtivo local de um determinado segmento) Aeroespacial e da Tecnologia da Informação.

O aumento de cerca de 16% ocorreu em sua maior parte devido à readequação do valor pago de contribuição associativa das empresas residentes.

20 CESSÃO DE ESPAÇOS

As receitas com cessão de espaços, no valor de R\$ 423.177 em 2019 (R\$ 405.954 em 2018), referem-se aos espaços disponíveis para a realização de eventos dentro do Parque Tecnológico e de espaços em feiras da qual a APTSJC participa.

21 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A receita de prestação de serviços no valor de R\$ 2.016.175 em 2019 (R\$ 201.225 em 2018) é referente aos serviços prestados de consultoria, intermediação de negócios e laboratoriais da APTSJC.

O aumento significativo se deu, devido ao contrato firmado em julho de 2019 com a Codemar, empresa pública do município de Maricá/RJ, para concepção e apoio à implantação de um parque tecnológico na cidade.

22 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Até o ano de 2018 os gastos incorridos para a prestação de serviços, dado aos seus baixíssimos valores foram considerados irrelevantes e, portanto, não havia necessidade de apuração dos custos relacionados.

Em 2019, com o incremento das receitas de prestação de serviços a APTSJC passou a controlar por meio de centros de custos os gastos relacionados diretamente a esses serviços e apurou o valor de R\$ 1.058.684 em 2019 que representa 52% do valor total dos serviços prestados.

A partir de 2020, a APTSJC, em função da perspectiva de aumento das prestações de serviço, passará a apurar e lançar como custos todos os gastos diretamente relacionados aos mesmos.

23 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	2019	2018
Salários e ordenados e prolabore	(3.539.459)	(3.393.573)
Encargos Trabalhistas	(2.131.446)	(1.948.128)
Limpeza e Conservação	(1.174.977)	(1.698.078)
Depreciações e Amortizações	(5.582.578)	(5.317.677)
Segurança patrimonial	(1.102.838)	(1.297.152)
Despesas com eventos (feiras nacionais e internacionais)	(1.554.089)	(1.226.357)
Benefícios e outros gastos com pessoal	(1.600.361)	(1.239.874)
Manutenção Predial e Instalações	(1.834.133)	(683.137)
Comunicação e marketing	(215.054)	(442.894)
Gastos com informática	(237.372)	(339.139)
Despesas com serviços externos/recepções	(422.456)	(429.060)
Consultorias, Assessorias e Outros serviços - PJ	(512.359)	(493.870)
Telefone e Internet	(62.190)	(72.841)
Papelaria e suprimentos	(60.803)	(67.803)
Seguros	(47.592)	(54.178)
Despesas com cartórios, impostos, taxas e emolumentos	(35.853)	(31.724)
Gastos com correspondências	(22.539)	(30.531)
Materiais de Consumo	(18.938)	(18.741)
Gastos com móveis e utensílios de pequeno valor	(15.763)	(15.350)
Outras despesas	(25.021)	(10.963)
Treinamento	(2.294)	(2.593)
Total	(20.198.115)	(18.813.664)

A rubrica "Despesas gerais e administrativas", registrada do valor de R\$ 20.198.115 em 2019 (R\$ 18.813.664 em 2018), derivam de dispêndios necessários para a execução da atividade operacional.

O aumento das despesas foi ocasionado pelos seguintes fatores:

- Aumento do quadro de funcionários de 43 empregados em 2018 para 45 empregados em 2019, bem como gastos com rescisões e reajuste de mais de 20% no convênio médico;
- Desvalorização do câmbio que impactou nas despesas com eventos internacionais;
- Início da depreciação do CE IV.

24 TRABALHO VOLUNTÁRIO

A Associação no desenvolvimento de suas atividades recebe prestação de serviços oferecidos por pessoas físicas. Em atendimento à ITG 2002(R1) a Associação avalia os valores envolvidos e conclui que não são relevantes, motivo pelo qual não apresenta os valores de receitas, despesas e custos relativos aos trabalhos voluntários recebidos.

25 COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de ativo e passivo, entre os quais os indicados como aplicações financeiras, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de realização. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

27 TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE AS ATIVIDADES

A Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos é uma Associação sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Associação, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras - isenta, sendo fornecida declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Associação sem fins lucrativos; (c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - isenta, sobre as receitas de suas atividades descritas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - (COFINS) isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/97, todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições e doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeitas à COFINS as receitas decorrentes de vendas, cessão de espaços e outras, bem como os rendimentos de aplicações financeiras.